

Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia

Highly-skilled immigrants in Portugal: a typology

José Carlos Marques* e Pedro Góis**

Resumo A imigração altamente qualificada em Portugal é uma realidade antiga e multidimensional que tem vindo a tornar-se mais complexa nos últimos anos e que apresenta uma elevada diversidade interna. Neste artigo apresenta-se uma análise desta componente específica da imigração portuguesa e explicitam-se as suas modalidades de inserção num mercado de trabalho português que se caracteriza como segmentado. Através da construção de uma tipologia propõe-se uma explicitação conceptual para a análise da imigração que apresenta elevados níveis de qualificação escolar, esteja ou não enquadrada em empregos compatíveis com essas habilitações. Identifica-se a existência de três grupos bem definidos de imigrantes altamente qualificados em Portugal: 1) grupo de indivíduos que migraram para Portugal sem constrangimentos e que exercem funções correspondentes às suas qualificações (normalmente ligados a empresas transnacionais); 2) grupo de indivíduos que migraram para Portugal de forma independente e se encontram a trabalhar no segmento secundário; 3) grupo de indivíduos que adquiriram parte da sua formação em Portugal e trabalham no mercado de trabalho português. Através de uma análise descritiva de cada um dos tipos apresentados caracterizam-se as suas diferentes dinâmicas e especificidades.

Palavras-chave imigração, altamente qualificados, mercado de trabalho, tipologia.

Abstract Highly-skilled immigration in Portugal is a long-standing and multi-dimensional reality that has become more complex during recent years, and has shown a greater internal diversity. In this paper, an analysis of this specific component of Portuguese immigration is presented, setting out modes of insertion into a Portuguese labour market that is characterised as seg-

* Sociólogo, Universidade Católica Portuguesa (Viseu) e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra / Sociologist, Portuguese Catholic University (Viseu) and Centre of Social Studies at the University of Coimbra.

** Sociólogo, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra / Sociologist, Faculty of Fine Arts at the University of Oporto and Centre of Social Studies at the University of Coimbra.

mented. Through the construction of a typology, a conceptual explanation is proposed for the analysis of an immigration flow that presents increased levels of schooling, whether or not the immigrants find themselves in employment commensurate with these qualifications. The existence of three well-defined groups of highly-skilled immigrants in Portugal is identified: 1) the group of individuals who migrated to Portugal without restrictions and who exercise functions corresponding to their qualifications (normally linked to transnational companies); 2) the group of individuals who migrated to Portugal independently and find themselves working in the secondary sector; 3) the group of individuals who received part of their education in Portugal and work in the Portuguese labour market. By means of a descriptive analysis of each of these types, their various dynamics and specificities are characterised.

Keywords immigration, highly-skilled, labour market, typology.

Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia¹

José Carlos Marques e Pedro Góis

Introdução

A imigração em Portugal só a partir de meados dos anos 80 do século passado é que conheceu, à semelhança do registado noutros países do Sul da Europa, um aumento significativo e subsequente transformação em objecto de análise. Os estudos e os debates produzidos desde esse momento em torno da população imigrante têm prestado especial atenção aos imigrantes portadores de poucas ou nenhuma qualificação que se têm inserido no mercado de trabalho secundário. O estudo da inserção laboral e da mobilidade profissional de imigrantes altamente qualificados tem constituído, por seu turno, uma dimensão frequentemente negligenciada nesta análise. Trata-se, contudo, de uma realidade antiga e multidimensional que tem vindo a tornar-se mais complexa em anos recentes, seguindo a evolução da realidade das migrações internacionais à semelhança do que tem acontecido em outros países de imigração.

A imigração de profissionais altamente qualificados tem evoluído paralelamente à evolução da economia portuguesa, acompanhando o processo de internacionalização das empresas nacionais e a crescente abertura das empresas ao capital estrangeiro, mas, ao mesmo tempo, tem seguido outras direcções, alargando-se quer no que diz respeito ao volume, quer ao tipo de imigrantes altamente qualificados que se dirigem ao mercado de trabalho português.

Em termos históricos, os imigrantes altamente qualificados são, desde há muitas décadas (ou mesmo séculos), uma constante na história portuguesa. São várias as personagens de origem estrangeira que exerceram no país profissões altamente qualificadas, da joalheria às artes plásticas, da arquitectura ao comércio, da gestão empresarial à docência no ensino superior. Em anos recentes, e de forma cada vez mais pronunciada a partir dos anos 80 do século XX, coincidindo em grande parte com a adesão do país à então Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal começa a atrair profissionais altamente qualificados para um mercado de trabalho com necessidades específicas. Os exemplos dos dentistas brasileiros nos anos 80/90, ou dos profissionais de *marketing* e profissionais de saúde desde os anos 90, são elucidativos e estão bem documentados (Machado, 2000; Peixoto, 2001 e 2004; Santos, 2002). De igual modo, são conhecidas migrações de altos quadros de empresas, em especial de empresas multinacionais, que por esta época investem em Portugal. Estes quadros de topo de indústrias exportadoras, do sector automóvel ou de componentes, da banca ou de empresas de consultadoria, instalam-se em Portugal de forma (quase) imperceptível para

a generalidade da população portuguesa e têm sido pouco estudados. Muitos destes imigrantes são tipicamente transmigrantes, ou o que poderíamos chamar de quadros empresariais globais, percorrendo sucessivamente vários países ao longo da sua carreira profissional.

Os trabalhos de João Peixoto permitiram desvendar um pouco esta realidade sobretudo no que diz respeito aos quadros de empresa europeus (Peixoto, 1998). Este autor oferece um retrato de uma imigração ainda numericamente incipiente mas em que já se adivinhavam os seus principais traços: uma migração dependente dos laços históricos ou culturais do país, ou das estratégias internas das empresas multinacionais que se vão instalando no país, e assente em processos não unidireccionais em que a circulação entre diversos países de acolhimento constitui um elemento determinante de progressão na carreira profissional. De alguma forma os trabalhos de João Peixoto permitem assinalar a entrada de Portugal no sistema migratório global no que aos quadros de empresa diz respeito. A posição que Portugal vai ocupar neste sistema é, como seria de esperar, estruturalmente consistente com a sua posição semi-periférica na economia global. Esta posição de Portugal na Europa e no Mundo é acompanhada, a um nível mais regional, por uma progressiva e sucessiva integração ibérica, marcada pela circulação de quadros num mesmo mercado peninsular empresarialmente internalizado.

A entrada de profissionais altamente qualificados nos anos 80/90 corresponde, simultaneamente, a duas lógicas complementares: primeiro, a crescente imigração de quadros espanhóis para Portugal é consentânea com um processo de iberação dos mercados. Segundo, a migração de quadros de empresas e de outros imigrantes altamente qualificados resulta da posição semi-periférica do país e da capacidade daí resultante de atrair imigrantes qualificados quer dos países centrais (frequentemente de forma temporária e em que Portugal representa apenas uma fase intermédia nas suas carreiras globais), quer dos países periféricos. João Peixoto (1994, 1996a, 1996b, 1998) nos seus trabalhos “foca, entre outros aspectos, as formas de entrada, motivações e experiência migratória em Portugal, nomeadamente das empresas multi/transnacionais, pelo que nos permite um número significativo de comparações entre este subconjunto privilegiado da população imigrante e os restantes imigrantes” (Baganha e Góis, 1998/1999: 262). A nosso ver, a imigração de indivíduos altamente qualificados era nos anos 90 ainda um fenómeno emergente que, *grosso modo*, reproduzia as características gerais da imigração portuguesa, designadamente quanto às regiões de origem, isto é, Portugal recebia imigrantes altamente qualificados com origem ou na Europa ou nos países de língua portuguesa, com preponderância do Brasil.

No início dos anos 90, verificou-se em Portugal um fluxo migratório de tipo diverso do acabado de referir, uma imigração de indivíduos altamente qualifica-

dos, cientistas ou académicos da Europa do Leste que, após a queda do muro de Berlim, integraram as universidades e centros de investigação avançada, em regime de complementaridade com os especialistas nacionais. As mais jovens Universidades portuguesas (e.g. Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, etc.) souberam aproveitar estes docentes altamente qualificados para estruturarem novas áreas de saber, deficitárias no país, designadamente nas áreas das Ciências Físicas ou das Ciências Naturais. Embora o seu número não fosse muito significativo, este tipo de imigrantes altamente qualificados fez mais do que acrescentar diversidade às migrações em Portugal. Muitos destes imigrantes formaram o grupo dos pioneiros que permitiram colocar Portugal no mapa dos destinos migratórios com origem na Europa de Leste. Também este tipo de imigrantes foi pouco estudado e, portanto, dele temos um conhecimento apenas superficial.

No seu conjunto, estes tipos específicos de fluxo migratório, numericamente pouco significativos, em contraponto com uma imigração semi-qualificada ou desqualificada, permitiram a alguns autores conceptualizar a imigração laboral para Portugal nos finais dos anos 90 como sendo polarizada, isto é, capaz de atrair imigrantes para os segmentos de topo do mercado de trabalho e, em simultâneo, atrair um número considerável de trabalhadores pouco ou nada qualificados para os segmentos profissionais de base [Baganha e Peixoto, 1997]. Tratava-se de uma polarização desequilibrada com uma preponderância esmagadora de imigrantes pouco ou nada qualificados e alguns, escassos, imigrantes altamente qualificados que laboravam em sectores e empregos correspondentes às suas qualificações.

Desde o final dos anos 90 a realidade portuguesa da imigração altamente qualificada alterou-se significativamente, complexificando as possíveis análises. Por um lado, com a internacionalização da economia portuguesa, o acesso a um mercado externo de recrutamento cada vez mais global acentuou-se. Através de uma colocação ou destacamento no âmbito de estratégias internas às empresas, ou através do recurso a empresas de *executive search* ou *head hunting*, a internacionalização das empresas portuguesas (ou a sua aquisição por parte de grandes grupos internacionais) implicou a vinda para Portugal de um número indefinido mas significativo de quadros altamente qualificados. O recrutamento externo passou a fazer parte das estratégias de algumas das empresas mais internacionalizadas. Por outro lado, o alargamento do mercado interno de recrutamento, por via do aumento da qualificação dos recursos humanos disponíveis em Portugal, ou da chegada espontânea de profissionais altamente qualificados, implicou que a base de recrutamento potencial se tenha, também ela, alargado exponencialmente.

Deste modo, a procura e a oferta de recursos qualificados convergem para o desenvolvimento de uma complexa dinâmica migratória que se faz sentir de forma

diferenciada nos vários segmentos da população imigrante ao longo da última década. Se é certo que as dinâmicas de polarização da imigração em Portugal se mantêm, recrutam-se igualmente profissionais altamente qualificados – que estão disponíveis no mercado interno de recrutamento ou que a ele acedem – para profissões que não aproveitam essas qualificações. Este novo fenómeno de saturação de oferta de altamente qualificados em alguns sectores ou profissões vai gerar mudanças ao nível da própria estrutura do mercado de trabalho em Portugal. Muitos imigrantes altamente qualificados (e também muitos autóctones) vêm-se obrigados a aceitar trabalhos onde as suas qualificações não são utilizadas, dando lugar a um processo de desqualificação profissional (*deskilling*). Esta nova realidade atinge transversal e de forma geralmente não discriminatória tanto imigrantes como autóctones e mais não é do que o resultado de uma desadequação entre a oferta e a procura de recursos humanos altamente qualificados. Mais especificamente corresponderá não a uma desadequação quantitativa, mas a uma desadequação qualitativa, isto é, o tipo e especialidades de qualificações oferecidas não correspondem, na maioria dos casos, às necessidades específicas do mercado de trabalho nacional. Este processo conduz, em última análise, ao subaproveitamento por parte das empresas ou do Estado das qualificações dos imigrantes, representando, assim, um exemplo claro de desperdício de capital humano ou de *brain waste*.

Aos fluxos migratórios referidos, há a acrescentar um tipo de movimento que, apesar de frequentemente não ser inicialmente de carácter laboral, assume, com o prolongamento da estadia do indivíduo em território nacional, alguma relevância para segmentos específicos do mercado de trabalho nacional. Referimo-nos aos estudantes que chegam a Portugal com o intuito de obter uma formação de nível superior e que após terminada essa formação não regressam aos seus países de origem. Esta realidade, que pode ser definida a partir dos países de origem como uma componente de *brain drain* (cf. OECD, 2006), assenta na formação profissional e académica dos imigrantes e na sua posterior incorporação no mercado de trabalho português, muitas vezes, porém, nos seus segmentos inferiores. Estes imigrantes acabam por contribuir para colmatar algumas lacunas do mercado de trabalho nacional, quer no decurso da sua formação através da inserção em empregos do tipo *MacJobs*, quer, após a conclusão da sua formação, pela inserção no mercado secundário de trabalho. A prossecução e o prolongamento destas estratégias de inclusão no mercado de trabalho nacional contribuem para o não aproveitamento das qualificações obtidas, nem pelo mercado de trabalho português, nem pelo mercado de trabalho do país de origem. Este último caso tem como consequência a manutenção das necessidades de profissionais qualificados nos países de origem.

Imigrantes qualificados em Portugal: uma proposta de tipologia

Do descrito atrás resulta que a imigração qualificada em Portugal se encontra, assim, marcada por uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que existe um recrutamento de indivíduos altamente qualificados para o exercício de profissões para as quais estão habilitados, existe o recrutamento de indivíduos altamente qualificados para o exercício de profissões em que essas qualificações não são aproveitadas. Trata-se de uma situação que, apesar de não ser exclusiva de Portugal, merece um tratamento aturado se atendermos ao debate actual em torno dos movimentos migratórios, em que o recrutamento de profissionais altamente qualificados ressurgue como parte do discurso sobre políticas migratórias, e em que estes profissionais são vistos como um recurso importante no desenvolvimento das economias dos países da União Europeia.²

Da breve descrição realizada pode concluir-se que, em Portugal, estamos perante um grupo heterogéneo de imigrantes qualificados com diferentes motivações migratórias, padrões de mobilidade específicos e variações relevantes no processo de inclusão no mercado de trabalho nacional. Trata-se de imigrantes que, apesar de apresentarem níveis de qualificação semelhantes, são objecto de tratamento diferencial por parte da sociedade de acolhimento em resultado dos seus processos migratórios específicos e da procura de realização de oportunidades de inclusão em distintos sistemas funcionais e nas suas organizações.³ A centralidade da (re)acção da sociedade nacional na constituição de segmentos distintos de imigrantes qualificados torna adequado apresentar a situação nacional a partir de uma distinção tipológica cujo principal critério de classificação assenta na forma como os diferentes sistemas funcionais do país avaliam e valorizam as qualificações académicas apresentadas pelos vários grupos de imigrantes, originando, deste modo, diferenças importantes no processo de inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho nacional.

À semelhança de outras tipologias de migrações qualificadas (e das tipologias em geral), a tipologia proposta neste artigo constitui um procedimento de redução da complexidade da migração qualificada. Ao proceder através do estabelecimento de uma distinção, ou conjunto de distinções, entre as diversas características dos imigrantes qualificados, a tipologia proposta representa uma descrição das diferenças e similitudes entre este grupo de imigrantes.⁴

Ao optar por construir a presente tipologia a partir da forma como a sociedade de acolhimento (e, em especial, o mercado de trabalho) valida de forma nacionalmente diferenciada as competências e formações académicas e profissionais dos imigrantes qualificados, não se ignora a influência de outros processos sobre a posição dos diferentes grupos de imigrantes no mercado de trabalho português.⁵ Mas acentua-se um aspecto que tem estado relativamente ausente dos estudos

sobre os imigrantes altamente qualificados e sobre a sua inserção nos mercados de trabalho e nas sociedades de acolhimento, a saber: a forma como um mesmo Estado cauciona ou admite, através de um mecanismo directo ou indirecto (e, por vezes, de forma não pretendida, ou contrária ao inicialmente intentado), as possibilidades de inserção dos imigrantes nos diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa. Ou seja, é realçado o facto de o Estado e as ordens profissionais representativas dos diferentes grupos profissionais utilizarem o seu poder de definir o que são consideradas formações e competências legítimas para o exercício de determinada função para incluir ou excluir imigrantes altamente qualificados de acordo com a origem geográfica da sua procedência.⁶

A relevância do contexto e da atitude do país de acolhimento para a análise dos processos de inclusão/exclusão dos imigrantes nos mercados de trabalho dos países de acolhimento foi já sugerida por Portes e Böröcz (1989), ao proporem uma “tipologia dos modos de incorporação dos migrantes contemporâneos nos países avançados” (1989: 620).⁷ Trata-se de uma proposta de tipificação que, apesar das suas vantagens para avaliar a forma como o Estado (e o mercado) acolhe diferentes grupos de imigrantes, parece estar concebida de forma demasiado rígida, não tomando devidamente em consideração a possibilidade de migrantes com qualificações semelhantes serem objecto de distintos contextos de recepção, que originam discrepâncias importantes nos modos de participação dos imigrantes nos vários sistemas funcionais da sociedade de acolhimento.

De modo a obviar a esta limitação julgamos necessário recorrer a uma definição ampla de imigrantes qualificados que inclua quer os que são explicitamente recrutados por empresas portuguesas ou multinacionais, ou que se dirigem de forma independente para Portugal, para suprirem carências em determinadas profissões ou funções adequadas à sua formação/experiência, quer os que apresentam tipos semelhantes de formação/experiência mas se encontram a trabalhar em actividades dissociadas da sua qualificação. Em termos operacionais tal significa a conjugação de informações relativas à profissão exercida pelos imigrantes e, em categorias específicas de imigrantes, às suas habilitações académicas. Acreditamos que este procedimento, apesar de não se encontrar isento de dificuldades,⁸ permite responder ao problema de somente uma proporção reduzida dos imigrantes portadores de elevado nível de habilitações se encontrar activa em profissões do designado mercado de trabalho primário e uma parte substancial dos imigrantes qualificados se encontrar a laborar no mercado de trabalho secundário.

De forma sintética, os imigrantes qualificados em Portugal podem ser diferenciados nos seguintes tipos (cf., também, Tabela 1):

- a) imigrantes altamente qualificados que migram para Portugal (de forma independente ou institucionalmente enquadrados) para aí exercerem pro-

- fissões no segmento primário do mercado de trabalho. Denominaremos estes “migrantes altamente qualificados funcionalmente legitimados”;
- b) imigrantes altamente qualificados que migram para Portugal de forma independente (ou enquadrados por entidades no seio de uma indústria das migrações) e que vão laborar no segmento secundário do mercado de trabalho. Denominaremos estes “migrantes altamente qualificados funcionalmente ilegítimos”;
- c) imigrantes que adquirem uma formação superior em Portugal e que aqui laboram após a obtenção dessa formação (e tanto o podem fazer no segmento primário como no segmento secundário do mercado de trabalho). Denominaremos estes “migrantes internamente qualificados”.

Tabela 1 - Tipologia dos imigrantes qualificados em Portugal

Tipo de Imigrante qualificado	Oportunidade de inclusão que procurou realizar	Posição no mercado de trabalho nacional	Principais nacionalidades representadas	Conceitos implicados
Funcionalmente legitimados	Mercado de trabalho primário/ carreira profissional	Mercado primário	européus / brasileiros (vagas mais antigas)	<i>Brain gain Brain circulation Brain exchange</i>
Funcionalmente ilegítimos	Mercado de trabalho secundário	Mercado secundário	Leste da Europa / brasileiros (novas vagas)	<i>Brain waste Deskilling</i>
Internamente qualificados	Sistema de ensino/formação	Mercado secundário (+)/ Mercado primário (-)	PALOP / brasileiros	<i>Brain gain Brain circulation Brain exchange Brain waste Deskilling Beneficial brain drain</i>

Como se irá demonstrar de seguida, esta proposta de classificação dos imigrantes altamente qualificados presentes em território nacional não ignora o significado de outros critérios de classificação (como, por exemplo, critérios geográficos, temporais, ou critérios referentes ao mecanismo ou canal promotor da migração), nem a possibilidade de mobilidade dos imigrantes entre os diferentes tipos identificados. Ela pretende somente funcionar como um instrumento de análise da posição actual dos imigrantes qualificados em Portugal através da identificação de características consideradas relevantes para essa análise. Temos consciência que uma tipologia é sempre uma simplificação da realidade e desta resulta uma relativa menorização de características que, apesar de parte integrante e importante para essa posição, são consideradas como estando a jusante da sua conjuntura contemporânea.⁹

Numa perspectiva histórica é possível afirmar que os três tipos de imigrantes altamente qualificados atravessam diferentes fases que reflectem muito do que foi a própria história da imigração em Portugal, não sendo de estranhar que à medida que avançamos no tempo estas migrações se diversifiquem e se tornem mais complexas. Portugal era há pouco mais de 30 anos: uma economia relativamente fechada sobre si própria, interagindo sobretudo com as suas possessões ultramarinas; um país envolvido numa guerra colonial de longa duração; um país com uma emigração volumosa e uma ditadura que parecia perpétua. Entretanto, o fim da ditadura; a descolonização; o retorno ao país de emigrantes, colonos e um grupo de portugueses ultramarinos; a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia; a abertura da economia nacional ao mercado global e as transformações políticas e sócio-económicas registadas nos países da Europa de Leste, para só citar alguns marcos fundamentais, encarregaram-se de mudar radicalmente a situação política, social, cultural e económica em Portugal e transformaram-no (também) em país de imigração. Através de uma explicitação da tipologia apresentada demonstra-se como as diferentes fases da imigração qualificada para Portugal acompanharam toda esta mudança.

Migrantes altamente qualificados funcionalmente legitimados

A abertura e crescente internacionalização da economia portuguesa a partir de meados da década de 80 foi acompanhada por uma evolução positiva dos fluxos de entrada de migrantes altamente qualificados direccionados para segmentos específicos do mercado de trabalho nacional. Entre 1986 e 1998¹⁰ os imigrantes activos em profissões científicas, técnicas e liberais, e directores e quadros superiores administrativos, mais do que duplicaram, passando de 12.609, em 1986, para 26.819, em 1998. Dado que durante este período também se registou um aumento significativo dos imigrantes activos nos restantes grupos profissionais, a proporção de activos altamente qualificados no conjunto da população activa estrangeira manteve-se praticamente constante (de 29,3% em 1986, para 30,2% em 1999). A análise dos dados relativos às solicitações de autorizações de residência permite obter informação mais actualizada sobre as características profissionais dos imigrantes que anualmente entram em Portugal. De acordo com esses dados a proporção de imigrantes detentores de profissões qualificadas (grupos profissionais 1 e 2 da CNP-94) que anualmente solicitaram uma autorização de residência regista uma diminuição progressiva desde 2002, passando de 30,6% para 19,8%, em 2005.

Estes fluxos de imigrantes dirigiram-se, de forma independente ou inseridos num processo organizacional de mobilidade externa, para os segmentos qualificados do mercado de trabalho. Apesar de se manterem como uma realidade ainda pouco conhecida, este tipo de imigrantes tem merecido alguma atenção no conjunto dos estudos dedicados à imigração qualificada em Portugal. Em termos

de proveniência geográfica trata-se de um grupo de imigrantes maioritariamente originário de países europeus, em particular dos pertencentes à União Europeia, e do Brasil (em 1998, estes dois grupos representavam, respectivamente, 57% e 18% dos profissionais estrangeiros ocupados nas profissões altamente qualificadas).

Apesar de ambos os fluxos migratórios se dirigirem para o mercado de trabalho primário, eles apresentam uma diferença fundamental que resulta do seu enquadramento ou não em organizações (ou instituições) e que determina formas diferenciadas de inserção na sociedade portuguesa. As possibilidades de migração dos primeiros (migrantes organizacionais, segundo Peixoto, 1999: 147) são providenciadas no contexto de empresas multinacionais que se encontram em processo de expansão das suas actividades para Portugal. A migração é, deste modo, promovida pelas próprias organizações, as quais oferecem aos seus funcionários que migram meios e possibilidades de acesso aos sistemas educativos, políticos, económicos e de saúde do país de acolhimento, bem como pacotes de remuneração ou de progressão na carreira (Bommes, 1999: 55). Os migrantes inseridos neste tipo de organizações procuram, através da participação no movimento migratório, aproveitar as oportunidades resultantes da sua inclusão no mercado de trabalho interno das organizações para alcançar uma mobilidade profissional ascendente, frequentemente associada a uma estada mais ou menos prolongada no exterior. Como demonstrado por Peixoto (1999), os migrantes europeus enquadráveis neste grupo de migrantes inseriram-se com maior incidência no grupo profissional dos directores e quadros superiores, correspondendo às funções dirigentes e de gestão que esses profissionais assumiram nas empresas multinacionais que, após 1986, se instalaram no país. Dado que a mobilidade deste grupo de migrantes ocorre num âmbito organizacional, o reconhecimento das suas qualificações e competências encontra-se liberto de influências externas (como, por exemplo, as associações profissionais e o Estado) e encontra-se, sobretudo, sujeito a processos de reconhecimento endógenos à organização no interior da qual se movem.

O processo migratório do segundo grupo de imigrantes enquadráveis no primeiro tipo de imigrantes qualificados caracteriza-se por uma maior independência em relação a formas institucionais de promoção do movimento migratório (migrantes independentes, segundo Peixoto, 1999: 149). Os migrantes deste grupo não procuram, como sucedia no caso dos migrantes atrás referidos, realizar as oportunidades de prossecução de uma carreira profissional, mas as oportunidades de obtenção de um determinado rendimento através do aproveitamento das possibilidades profissionais existentes em segmentos específicos do mercado de trabalho primário português no decurso das décadas de 80 e 90. Os migrantes sul-americanos (sobretudo originários do Brasil) constituem o principal grupo de nacionais que participam neste movimento independente para as profissões qua-

lificadas do mercado de trabalho português. A sua inserção ocorreu, com maior preponderância, nos grupos profissionais científicos, técnicos e liberais, correspondendo a um maior significado dos profissionais liberais entre este grupo de imigrantes (Peixoto, 1999: 141).¹¹

Um caso particular deste fluxo migratório de cariz independente é representado pela imigração de indivíduos altamente qualificados, cientistas ou académicos da Europa do Leste, que, após a queda do muro de Berlim, integraram as universidades e centros de investigação avançada portuguesa. Este fluxo migratório para Portugal pode ser enquadrado num movimento migratório mais vasto com as mesmas origens e destinos diversificados, sobretudo no seio dos países da OCDE.

Um outro caso específico, e mais visível na actualidade, é representado pela migração (potenciada pela livre circulação de trabalhadores no espaço da União Europeia) de muitos profissionais altamente qualificados, provenientes de países da União Europeia com altas taxas de desemprego (nacional ou sectorial) nos seus países de origem e em falta no mercado de trabalho português. O caso dos médicos ou enfermeiros provenientes de Espanha constitui, a este respeito, um exemplo paradigmático.¹² Este último subtipo tem um paralelismo com o primeiro subtipo apresentado: a migração para Portugal é temporária e vista como um passo intermédio no desenvolvimento de uma carreira profissional. Estes imigrantes representam o típico exemplo da *brain circulation*.

Em conjunto, estes três subgrupos de migrantes (com origem no Brasil, no Leste da Europa e na UE) distinguem-se dos migrantes “organizacionais” pelo facto da sua capacidade de aproveitamento das oportunidades no mercado de trabalho nacional se encontrar fortemente condicionada pelo reconhecimento formal ou informal das suas qualificações pelo mercado de trabalho, pelas associações representativas das diferentes profissões em que se procuram inserir, ou pelo Estado. Apesar de todos eles se encontrarem sujeitos à acção legitimadora dos referidos agentes externos, existe uma diferença substancial entre os migrantes da UE e os originários das outras duas regiões geográficas, resultante da participação dos primeiros num espaço regulatório supranacional que cria condições mais favoráveis ao aproveitamento de oportunidades migratórias que se desenvolvem no interior desse espaço supranacional. Referimo-nos ao facto dos migrantes da UE, abrangidos pelas directivas comunitárias relativas ao exercício de profissões reguladas,¹³ se subtraírem ao poder de legitimação quer das ordens profissionais, quer do Estado, e se encontrarem, por isso, somente dependentes do funcionamento do mercado de trabalho nacional. Os migrantes de grupos profissionais e/ou nacionalidades não abrangidos pelas referidas directivas comunitárias encontram-se, por seu lado, constrangidos por um conjunto de procedimentos de validação das suas competências profissionais que, em interacção

com as necessidades sentidas pelo mercado de trabalho, origina o aproveitamento das suas qualificações profissionais, ou o seu desaproveitamento (sobre esta última situação, cf. adiante o caso dos migrantes funcionalmente ilegítimos).

De forma sintética pode afirmar-se que, em geral, as diferenças verificáveis no processo migratório dos grupos de imigrantes desta categoria não originaram (à excepção de casos profissionais específicos¹⁴) problemas de inserção em sectores de actividade e profissões conducentes com a sua qualificação profissional. Isto é, quer a migração tenha sido enquadrada por uma organização ou instituição transnacional, quer se tenha processado de forma independente, o processo de inclusão do imigrante no mercado de trabalho português encontra-se marcado pela adopção de procedimentos legitimadores (por parte do Estado ou de entidades do mercado de trabalho) das possibilidades de aproveitamento das oportunidades de emprego disponíveis no mercado de trabalho primário.

De facto, aparentemente verifica-se que o processo de inclusão do imigrante no mercado de trabalho português se encontra duplamente dependente, por um lado, da adopção de procedimentos legitimadores (por parte do Estado ou por parte de organizações do mercado de trabalho) e, por outro, das possibilidades de aproveitamento das oportunidades de emprego conjuntamente disponíveis no mercado de trabalho primário. Se os migrantes forem abrangidos por esta dupla contingência, este processo de inclusão é independente da migração ter sido enquadrada por uma organização ou instituição transnacional, ou da migração se ter processado de forma independente.

Dado que a entrada destes migrantes qualificados se direccionou para actividades terciárias que apresentavam uma forte carência de profissionais qualificados em áreas específicas, ela desempenhou o papel de complementar a população activa portuguesa, podendo, deste modo, ser entendida como uma forma de *brain gain*, ou seja, do país beneficiar com a entrada de indivíduos detentores de qualificações específicas em falta no país.

Migrantes altamente qualificados funcionalmente ilegítimos

No final dos anos 90 inicia-se um novo tipo de migração de profissionais altamente qualificados que, ao contrário dos migrantes anteriores, se vão inserir no segmento secundário do mercado de trabalho por o seu capital humano não ser directamente transferível. Regista-se desde esta época um aumento assinalável de imigrantes altamente qualificados que se inserem no segmento secundário do mercado de trabalho, num claro exemplo de um processo de *deskilling*. Este novo fluxo de imigrantes detentores de elevadas qualificações académicas, com origem predominantemente na Europa de Leste, veio modificar a estrutura geral da migração qualificada pela proporção que passaram a representar no total dos

imigrantes qualificados presentes em território nacional. A escassez de dados estatísticos relativos a este grupo de imigrantes apenas permite apresentar uma imagem parcial sobre a sua constituição e características, centrada, sobretudo, no seu processo de inserção no mercado de trabalho português.

O facto destas situações, conhecidas na literatura especializada como *brain waste* (*desperdício de cérebros*), se tornarem particularmente evidentes a partir do final dos anos 90, não significa, porém, que em períodos anteriores não se tenham registado situações de subaproveitamento das qualificações profissionais dos imigrantes (Baganha *et al.*, 2003 e 2004a), só que essas nunca chegaram a alcançar a visibilidade registada a partir do final do século XX. De acordo com os dados do recenseamento populacional de 2001,¹⁵ a proporção de detentores de uma formação de nível superior que se encontravam activos em profissões teoricamente não correspondentes ao seu nível de formação¹⁶ foi de 65,8% para os cidadãos de um país europeu não membro da UE-15 (a maioria dos quais oriunda de países que emergiram com o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), 4,1% para os cidadãos da UE-15, 9,4% para os cidadãos brasileiros e 23,3% para os cidadãos de um país africano de expressão portuguesa. Informações mais recentes relativas à ocupação profissional de alguns grupos de imigrantes qualificados confirmam o processo de desqualificação profissional experimentado, sobretudo, por imigrantes da Europa de Leste e de países africanos de expressão portuguesa.

De acordo com os dados não publicados de um estudo realizado por Lages e colaboradores (2006), o processo de mobilidade profissional descendente é mais evidente no caso dos cidadãos de um país do Leste da Europa ou de um país africano de expressão portuguesa.¹⁷ Outros estudos, dirigidos especificamente aos imigrantes da Europa de Leste (cf. Baganha *et al.*, 2004 e 2006), corroboram esta imagem ao mostrarem que, apesar de se tratar de imigrantes com elevados níveis de formação escolar, a sua inserção profissional em Portugal é marcada num primeiro momento pelo não aproveitamento destas qualificações pelo mercado de trabalho, em resultado das dificuldades de transferência das suas qualificações para a realidade laboral nacional. Em estudos recentes sobre a comunidade brasileira¹⁸ foi, igualmente, detectada a existência de uma proporção significativa de imigrantes qualificados activos em segmentos secundários do mercado de trabalho. Em comparação com os imigrantes brasileiros qualificados que chegaram a Portugal nas décadas de 80 e 90, esta desadequação significa uma progressiva desqualificação deste grupo de imigrantes. Como referem Peixoto e Figueiredo (2007: 107), este progressivo desajustamento entre as qualificações e os empregos dos brasileiros encontra-se (à semelhança do que sucede com outros grupos de imigrantes e nacionais qualificados a laborar em segmentos menos qualificados) associado às alterações verificadas nas oportunidades de emprego oferecidas pelo mercado de trabalho nacional e, sobretudo, à redução das oportunidades nos segmentos altamente qualificados.

A análise cuidada do conjunto de dificuldades sentidas pelos imigrantes na transposição das suas qualificações académicas e profissionais para o contexto nacional sugere a interacção de dois processos que contribuíram para o desperdício de capital humano que estes imigrantes traziam consigo.

Primeiro, o facto de o movimento migratório dos imigrantes qualificados que se inseriram nos segmentos secundários do mercado de trabalho português ter sido motivado pela tentativa de aproveitamento das oportunidades de trabalho que existiam precisamente no mercado de trabalho secundário. A migração não se dirigiu, deste modo, ao contrário dos migrantes qualificados referidos no ponto anterior, explicitamente para o mercado de trabalho primário, mas para sectores de actividade e ocupações que – devido a uma série de condicionalismos¹⁹ – surgiram como mais propícias à realização das oportunidades de inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho nacional e à satisfação das condições necessárias a uma posterior inclusão positiva no sistema legal nacional.²⁰ A explicação para esta concertação entre oferta e procura de mão-de-obra pode ser encontrada na formalização e estruturação do processo migratório a partir dos países de origem, que conseguiu responder de uma forma activa e rápida à procura de mão-de-obra existente em Portugal. Se a explicação através da “indústria das migrações” permite compreender o rápido desenvolvimento da vaga migratória e a ligação origem-destino, ela é insuficiente para explicar as características sócio-profissionais dos imigrantes envolvidos. Estas poderão ser explicadas pelas teorias migratórias que afirmam que os imigrantes não são em geral os mais pobres e desfavorecidos do país de origem, mas os mais aptos a responder às oportunidades. Neste caso, os mais aptos eram em elevada proporção imigrantes altamente qualificados, que dispunham dos meios e tinham aspirações que a migração para Portugal poderia resolver. Apesar de as oportunidades estarem disponíveis em segmentos de trabalho pouco ou nada qualificados, os imigrantes assumiram conscientemente que as remunerações a auferir compensariam, no curto prazo, o seu processo de desqualificação profissional.

Em segundo lugar, no caso português a acção do Estado e, sobretudo, de algumas ordens ou corporações profissionais responsáveis pela gestão do acesso a determinadas profissões vai ser marcada pela *de facto* desvalorização, deslegitimação e desaproveitamento das qualificações académicas e profissionais dos imigrantes, o que veio contribuir para o processo de desqualificação profissional. O recurso das referidas organizações ao seu poder de definição das condições de acesso aos mercados de trabalho primários funcionou, na prática, como um mecanismo de fechamento desses mercados à entrada de imigrantes. Este facto veio, naturalmente, condicionar as suas possibilidades de aproveitamento de oportunidades de inserção em segmentos do mercado de trabalho nacional mais adequados às suas qualificações.

O principal instrumento utilizado neste processo de exclusão dos migrantes qualificados assentou no recurso à faculdade de legitimar ou não os conhecimentos e competências profissionais dos migrantes. A relevância deste meio de mediação da inclusão dos imigrantes nos mercados de trabalho primários é particularmente evidente no conjunto das profissões cujo exercício implica a obtenção de títulos profissionais obrigatórios [isto é, em que não é suficiente a posse da necessária formação académica].²¹ Os estrangeiros abrangidos pelas Directivas Comunitárias relativas ao reconhecimento das suas qualificações apresentam, neste âmbito, condições de inclusão nos sectores primários do mercado de trabalho nacional mais favoráveis do que aqueles que não se encontram abrangidos por este tipo de medidas (como é o caso da generalidade dos imigrantes incluídos nesta categoria de imigrantes altamente qualificados).

No essencial pode afirmar-se que a interacção entre um processo de exclusão voluntária²² do segmento primário do mercado de trabalho, explicado por uma necessidade de rendimentos imediatos e pela prossecução de um objectivo migratório de curta duração, e, por outro lado, um processo de hetero-exclusão,²³ devido às contingências processuais de inclusão, conduziu a uma forma específica de integração deste grupo de imigrantes qualificados no mercado de trabalho nacional, caracterizada pelo desaproveitamento quer das suas capacidades intelectuais, quer das suas qualidades profissionais e, deste modo, por um claro processo de desqualificação profissional e de duplo *brain waste*, para os países de origem e para Portugal.

Migrantes internamente qualificados

O terceiro tipo de migrantes altamente qualificados é de natureza distinta dos dois anteriores, uma vez que a sua migração não assume, inicialmente, um carácter laboral. Este tipo específico é suportado por estudantes que chegam a Portugal com o intuito de obterem uma formação de nível superior, ou para completarem a sua formação inicial, mas que não regressam aos seus países de origem após terminada essa formação.

Este tipo de imigrantes qualificados é uma presença constante ao longo da história imigratória portuguesa, representando, a partir do final dos anos 90, um tipo de inserção mista nos segmentos primários e secundários do mercado de trabalho nacional. Referimo-nos, em especial, aos estudantes estrangeiros originários dos países africanos de língua oficial portuguesa, de Timor-Leste, do Brasil e de Macau. Muitos destes estudantes são patrocinados (no âmbito de protocolos de cooperação) no seu estudo pelo Estado português ou por Fundações portuguesas, bem como, naturalmente, pelos governos dos seus países ou outros patrocinadores.

Os dados referentes aos candidatos originários dos países africanos de língua portuguesa e de Timor, colocados, ao abrigo destes programas de cooperação, em estabelecimentos de ensino superior público portugueses, mostram um aumento progressivo entre 1994 e 2002 seguido de uma diminuição até 2006.²⁴ Cabo Verde e Angola constituem as duas principais origens nacionais dos candidatos colocados ao longo de todo o período (respectivamente, 60,7% e 15,5%), mas apresentam uma evolução diferenciada após o início do período de decréscimo do número total de candidatos colocados. Enquanto os cabo-verdianos mantêm valores bastante mais elevados do que os restantes grupos nacionais, os angolanos passam, a partir de 2005, a ser a nacionalidade com menos candidatos colocados em estabelecimentos públicos portugueses.

Como referido, findo o ciclo universitário ou politécnico, muitos destes estudantes decidem não regressar aos seus países. Uma opção que acarreta um conjunto de consequências. Por um lado, um não *brain gain* instantâneo para os seus países de origem, que nada lucram com o ganho de capital humano alcançado.²⁵ Por outro lado, em todos os casos em que a ocupação alcançada não corresponde à qualificação obtida, um *brain waste* para o país de acolhimento, que não aproveita os recursos colocados à sua disposição. Do ponto de vista dos países de origem, estas situações também podem ser entendidas como um mecanismo de captação de recursos humanos qualificados por parte de Portugal (ou seja, como instrumento de promoção do *brain drain*), o qual assume efeitos mais negativos quando, como sucede frequentemente, a saída temporária do estudante dá lugar a uma saída de carácter mais permanente.

Como afirma Pizarro (2005),²⁶ face às oportunidades de realização no exterior da formação pós-graduada e perante condições favoráveis a esta saída (aquisição de prestígio e conhecimentos, acesso a estruturas científicas mais equipadas, etc.), os estudantes encontram diversas motivações quer para saírem do seu país, quer para não regressarem após a conclusão dos seus estudos pós-graduados. A formação pós-graduada no exterior torna-se, assim, “uma porta para a emigração”, sendo os “programas de educação no estrangeiro um dos principais factores intervenientes na migração qualificada” (Pizarro, 2005: 25-26).

O movimento migratório dos imigrantes qualificados incluídos nesta categoria não é motivado, ao invés dos imigrantes referidos anteriormente, pela procura de realização de oportunidades de inclusão no mercado de trabalho nacional. Os estudantes originários dos países com os quais Portugal tem acordos de cooperação a nível educativo procuram realizar ofertas de inclusão no sistema de ensino e de formação. Contudo, como referido por Pizarro (2005), esta motivação inicial sofre uma transmutação no decurso da estadia no estrangeiro. Os estudantes de graduação ou pós-graduação percebem, com o prolongar da sua estadia, as maiores ou mais atractivas oportunidades de inclusão existentes nos

sistemas económicos, políticos e legais do país de acolhimento (Bommes, 1999: 51), optando por procurar alcançar essas oportunidades quer após a conclusão dos seus estudos, quer no decurso dos seus programas de formação.

Conclusão

Apesar de insuficientemente conhecida, a imigração qualificada apresenta números não desprezíveis e que nos últimos anos têm registado um forte incremento. A sua evolução e inserção na sociedade portuguesa constitui o resultado de processos complexos, os quais produzem efeitos diversificados quer sobre a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho português, quer, de uma forma mais geral, sobre o seu inter-relacionamento com a sociedade portuguesa. A diversidade das experiências sentidas por migrantes que partilham níveis de qualificação semelhantes constitui-se como uma dificuldade ao desenvolvimento de medidas de auxílio à integração dirigidas de forma indiferenciada a todos os imigrantes qualificados. Com efeito, a capacidade de os imigrantes qualificados participarem nos diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa encontra-se condicionada pela forma desigual como o Estado, a sociedade e o mercado de trabalho (isto é, o sistema político, o sistema social e o sistema económico) constroem as opções de participação dos cidadãos de diversos grupos nacionais nos mesmos sistemas funcionais. Em alguns grupos nacionais estudados (em especial os de origem Leste Europeia) esta limitação marca um processo que se caracteriza pela propensão para o “reforço sucessivo da divergência” (Luhmann, 1998: 631) com a sociedade de acolhimento e, particularmente, com as posições no mercado de trabalho primário. Ou seja, a desvantagem e a limitação das oportunidades a que determinado grupo nacional altamente qualificado se encontra sujeito (mas também, embora a um nível diferente, os menos qualificados) podem, através do seu progressivo processamento nos respectivos sistemas funcionais, conduzir a ainda mais desigualdades e ausências de opções. No decurso destes processos tornam-se, assim, evidentes efeitos de acumulação, dado que a satisfação ou insatisfação de determinadas prestações (em termos de qualificação ou experiência profissional) tornam presumível, respectivamente, a capacidade ou incapacidade de realização de outras prestações (Stichweh, 2004: 354)²⁷ (a capacidade de se inserir de forma produtiva em ocupações adequadas às qualificações e à experiência detida).

Em termos operativos estes efeitos de acumulação tornam-se evidentes na classificação dos imigrantes altamente qualificados em função da forma como o Estado (directa ou indirectamente) e o mercado de trabalho legitimam as suas qualificações. Como referido no texto, a validação diferencial (formal e/ou informal) por parte do Estado (com ou sem a mediação das ordens e/ou associações profissionais) das competências apresentadas por diferentes grupos de nacionalidade presentes em território nacional tem condicionado o processo de inserção

dos imigrantes qualificados no mercado de trabalho nacional. No caso português, estamos em presença de potenciais validações paralelas de competências e habilitações, por parte do Estado, da sociedade ou do mercado de trabalho. Estas validações são, por vezes, conflituais, disfuncionais e mesmo incompreensíveis, mas as suas consequências são reais para os imigrantes e para a sociedade e economia portuguesas. A não resolução dos mecanismos de bloqueio a uma integração plena dos imigrantes altamente qualificados (e a não criação de uma política activa de atracção de imigrantes altamente qualificados) tem custos sócio-económicos para o país que vão muito para além da aparente contribuição económica positiva de curto prazo destes imigrantes.

Notas

¹ Este artigo retoma as ideias avançadas pelos autores no livro *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, 2007.

² Veja-se a este respeito o recente *Green Paper on an EU approach to Managing Economic Migration* da Comissão Europeia, onde se afirma a necessidade de criar condições para atrair migrantes altamente qualificados, tais como engenheiros e biólogos. (http://europa.eu.int/comm/justice_home/doc_centre/immigration/work/doc/com_2004_811_en.pdf).

³ Seguimos neste lugar Michael Bommes (1999: 14), que afirma que as migrações na sociedade moderna podem ser consideradas como "uma forma de mobilidade geográfica para a realização de oportunidades de inclusão em sistemas funcionais e nas suas organizações". Os sistemas funcionais mais relevantes para as migrações são: a economia (migrações de trabalho), a educação e formação (migração de formação), o sistema de saúde (migração de doentes) e o desporto (migração de desportistas).

⁴ É evidente que não se desconhece a existência de diferenças relevantes no interior dos grupos de imigrantes incluídos nos tipos que compõem a tipologia; contudo, não se lhes atribui uma posição central na construção da presente proposta de tipologia.

⁵ Como, por exemplo, o processo migratório, ou a legalidade da sua entrada e da sua inserção no mercado de trabalho português.

⁶ Observações semelhantes foram realizadas, relativamente aos imigrantes altamente qualificados no Canadá, por Guo (2005).

⁷ A tipologia proposta por estes autores refere-se a vários tipos de migrantes e não exclusivamente aos migrantes qualificados. A partir do cruzamento de dois critérios de classificação (origens de classe e contexto de recepção) são identificados nove tipos de incorporação nas sociedades de acolhimento. Três referentes a migrantes laborais (incorporação no mercado secundário, participação mista no mercado de trabalho e mobilidade ascendente para pequenas empresas), três relativos a migrantes empresariais (minorias intermédias, pequenos negócios *mainstream* e economias de enclave) e três referentes a migrantes profissionais e técnicos (fornecedores de serviço ao gueto, incorporação no mercado primário e mobilidade ascendente para posições de liderança profissional e cívica) (Portes e Böröcz, 1989: 620).

⁸ A principal das quais relacionada com a impossibilidade de proceder a comparações rigorosas entre grupos de imigrantes classificados com base num critério profissional e grupos de imigrantes classificados com base num critério académico.

⁹ Para uma proposta de classificação diferente e mais abrangente dos imigrantes qualificados em Portugal, veja-se Peixoto (1999).

¹⁰ Último ano para o qual existem dados sobre a profissão dos imigrantes presentes em Portugal.

¹¹ Como exemplo, podem citar-se os profissionais do *marketing* e os dentistas brasileiros, assim como outros profissionais da área da engenharia e medicina.

¹² Sobre os médicos e enfermeiros espanhóis em Portugal veja-se Baganha e Ribeiro, 2007.

¹³ Directiva Comunitária 89/48/CEE, de 21 de Dezembro de 1988, Directiva Comunitária 92/51/CEE, de 18 de Junho de 1992, e Directiva Comunitária 1999/42/CE, de 7 de Junho de 1999.

¹⁴ E mesmo nestes casos – referente aos dentistas brasileiros – os problemas só se fizeram notar numa fase mais sustentada do processo migratório, tendo sido ultrapassados através da adopção de procedimentos que procuraram contornar os problemas suscitados pela indefinição relativa às formações académicas de origem.

¹⁵ Este recenseamento coincidiu temporalmente com a vaga migratória da imigração do Leste da Europa para Portugal, embora não a tenha conseguido captar totalmente em termos estatísticos.

¹⁶ Isto é, que se encontravam ocupados como operários, artífices e trabalhadores similares, ou como trabalhadores não qualificados.

¹⁷ Somente 9,6% dos inquiridos originários de um país da Europa de Leste e 11,8% dos inquiridos de um país africano de expressão portuguesa que exerciam no seu país de origem uma profissão de nível superior, ou que eram quadros superiores, ocupavam o mesmo tipo de profissão em Portugal aquando da realização do inquérito.

¹⁸ Sobre a comunidade brasileira e os seus processos de inserção na sociedade portuguesa vejam-se os estudos reunidos por Malheiros no livro *Imigração Brasileira em Portugal* (2007).

¹⁹ Nomeadamente a escassez de mão-de-obra que se fez sentir no início do século XXI nos sectores da construção civil e na indústria do turismo, a promoção de emprego nestes sectores realizada por organizações activas no país de origem, o elevado grau de informalidade existente nestes sectores, etc.

²⁰ De modo a lidar com um crescente número de imigrantes que se encontravam de forma irregular em Portugal, foi aprovado o DL 6/2001 que permitiu aos imigrantes que comprovassem ter um contrato de trabalho obterem uma auto-rização de permanência em Portugal.

²¹ Estão neste caso, por exemplo, os Médicos, Enfermeiros, Médicos Dentistas, Farmacêuticos, Veterinários e Arquitectos.

²² Resultante da tentativa de aproveitamento de oportunidades de trabalho existentes no mercado de trabalho secundário.

²³ Serivweh (2004) aplica esta ideia originalmente de forma geral e abstracta à exemplificação, através da teoria sistémica da exclusão, da relação entre a teoria da diferenciação e os estudos da desigualdade. Pensamos, contudo, que se trata de uma ideia que encontra uma aplicação prática ao caso do presente estudo.

²⁴ Entre 1994 e 2006 foram colocados 8.771 candidatos dos países africanos de expressão portuguesa e de Timor em estabelecimentos públicos portugueses (fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior, 2006, dados não publicados).

²⁵ Não se pode afirmar que a médio ou longo prazo esta perda imediata não se traduza num ganho positivo para o país de origem (através do envio de remessas, de investimentos realizados pelos migrantes, etc.), mas é uma realidade ainda não suficientemente estudada.

²⁶ O autor refere-se especificamente ao caso latino-americano, mas pensamos que a afirmação é extensível a outros contextos regionais e à generalidade das situações que envolvam este tipo de movimento migratório.

²⁷ Stichweh (2004) aplica esta ideia originalmente de forma geral e abstracta à exemplificação, através da teoria sistémica da exclusão, da relação entre a teoria da diferenciação e os estudos da desigualdade. Pensamos, contudo, que se trata de uma ideia que encontra uma aplicação prática ao caso do presente estudo.

Referências Bibliográficas

Baganha, M. I. e Góis, P. (1998/1999), "Migrações internacionais em Portugal: o que sabemos e para onde vamos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, pp. 229-280.

Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2003), "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in Maria Ioannis Baganha e Maria Lucinda Fonseca (eds.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa: Luso American Foundation, pp. 23-40.

Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2004a), "Imigrantes de Leste em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 38, pp. 31-45.

Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2004b), "Novas Migrações, Novos Desafios: a Imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 95-115.

Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2006), "Quando os extremos se tocam: Imigrantes de Leste em Portugal", Relatório Final do Projecto Financiado pela FCT (POCTI/SOC/44606/2002), Coimbra: Centro de Estudos Sociais (não publicado).

Baganha, M. I. e Peixoto, J. (1997), "Trends in the 90's: The Portuguese migratory experience", in Maria Ioannis Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras: Celta Editora, pp. 15-40.

Baganha, M. I. e Ribeiro, J. S. (2007), "Imigração qualificada no sector da saúde – as oportunidades do mercado laboral português", *Revista Migrações*, 1, pp. 53-78.

Bommes, M. (1999), *Migration und Nationaler Wohlfahrtsstaat*, Opladen/Wiesbaden: Westdeutscher Verlag.

- Guo, S. (2005), "Difference, deficiency, and devaluation: non-recognition of foreign credentials for immigrant professionals in Canada", 24th Annual Conference On-Line Proceedings, Canadian Association for the Study of Adult Education (CASAE), May 29-31, 2005, University of Western Ontario [disponível em: www.oise.utoronto.ca/CASAE/cnf2005/2005onlineProceedings/CAS2005Pro-Guo.pdf].
- Lages, M. et al. (2006), *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas. Análise de Duas Sondagens*, Lisboa: ACIME.
- Luhmann, N. (1998), *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Machado, I. J. de R. (2000), "Dentistas brasileiros em Portugal (Entrevista)", *Comciencia Revista Eletrônica de Jornalismo*, 17.
- Malheiros, J. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- OECD (1995), "Manual of the Measurement of Human Resources Devoted to S&T - Canberra Manual", Paris: OECD [disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/34/0/2096025.pdf>].
- OECD (2006), "Portugal, Development Co-operation Directorate Peer Review: Main Findings and Recommendations" [disponível em: http://www.oecd.org/document/26/0,2340,en_2649_201185_36563418_1_1_1_1,00.html].
- Peixoto, J. (1994), "As migrações de profissionais altamente qualificados no espaço europeu: do «brain-drain» ao «skill exchange»", *SOCIUS Working Papers*.
- Peixoto, J. (1996a), "Livre circulação e reconhecimento de diplomas - Políticas e realidades na União Europeia", *SOCIUS Working Papers*.
- Peixoto, J. (1996b), "Recent trends in regional migration and urban dynamics in Portugal", in Philip Rees et al. (eds.), *Population Migration in the European Union*, Chichester: John Wiley & Sons, pp. 261-274.
- Peixoto, J. (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de Doutoramento.
- Peixoto, J. (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros - migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2001), "Migration and policies in the European Union: highly skilled mobility, free movement of labour and recognition of diplomas", *International Migration*, 39 (1), pp. 33-61.
- Peixoto, J. (2004), "Highly skilled migration in Portugal: An overview", *SOCIUS Working Papers*.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2007), "Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal", in Jorge Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 87-111.
- Pizarro, J. M. (2005), "Globalizados, pero restringidos. Una visión latinoamericana del mercado global de recursos humanos calificados", Santiago de Chile, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), Serie Población e Desarrollo, n.º 56.

- Portes, A. e Böröcz, J. (1989), "Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation", *International Migration Review*, 28 (3), pp. 606-630.
- Santos, G. A. P. D. (2002), *Relações interétnicas em Lisboa: Imigrantes brasileiros e africanos no contexto da lusofonia*, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado.
- Stichweh, R. (2004), "Zum Verhältnis von Differenzierungstheorie und Ungleichheitsforschung: Am Beispiel der Systemtheorie der Exclusion", in Thomas Schwinn (ed.), *Differenzierung und soziale Ungleichheit. Die zwei Soziologien und ihre Verknüpfungen*, Frankfurt: Humanities Online, pp. 353-367.